**PROCESSO**: **n º** 4701 - 1397/2016

**INTERESSADO:** Moraes e Alves Serviços Médicos Ltda.

**Assunto:** Mandado de Intimação.

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 – 1397/2016**, volume I, com 19 (dezenove) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento a empresa conveniada**, Moraes e Alves Serviços Médicos Ltda.**, no valor de R$88.105,78 (oitenta e oito mil, cento e cinco reais e setenta e oito centavos), referente ao Programa de Atenção Domiciliar Integrado – PADI, e que diz respeito a prestação de serviços na realização atendimento médico no domicílio da paciente Maria Telma Nemésio de Melo, no mês de Dezembro/2015.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

A análise dos autos nº 4701-1397/2016, restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pelo Gabinete da Controladora (fls. 19).

2.1. À fl. 02 - Constata-se o documento datado de 16/02/2016, de lavra do representante da empresa em tela, atestando a continuidade dos serviços prestados em domicílio no mês de dezembro/2016, no valor de R$88.105,78 (oitenta e oito mil, cento e cinco reais e setenta e oito centavos).

2.2. À fl. 03 - Constata-se planilha descritiva dos procedimentos executados (fls. 03).

2.2. Observa-se que foram acostadas listas de correlatos utilizados nos procedimentos médicos. **Ressalte-se que os documentos estão com RASURAS** (fls. 04/05), e mapa de uso de oxigênio (fl. 06). **O DEFEITO** vicia o documento, e para que a pública-forma seja expedida, faz-se necessário mostrá-lo na forma correta e transparente.

2.3. À fl. 07 - Observa-se o Relatório Médico, **datado de 29/07/2013**, elaborado pela Médica, Maria Erigleide Bezerra da Silva, **SEM ASSINATURA**.

2.3. Às fls. 08/14 - foi acostado o Mandado de Intimação ao IPASEAL, de autoria da paciente, datado de 19/09/2013, de lavra da Douta Juíza Maria Ester Fontan Cavalcanti Manso, e Decisão concedendo a Tutela Antecipada, determinando que o IPASEAL forneça à requerente o serviço Home Care, assinado em 05/09/2013, pela Juíza supracitada.

2.5. À fl. 15 - Consta-se o Despacho, datado de 10/03/2016, de lavra do Diretor Presidente do IPASEL, encaminhando os autos para Gerência de Saúde.

2.6. Para o Despacho contido às fls. 15, datado de 10/03/2016, de lavra do Diretor Presidente, observa-se a falta de atendimento por parte da Gerencia de Saúde aos itens “b”e “c”, e por parte da Gerência Executiva de Planejamento, Orçamento, Finanças, e Contabilidade, que não informou a dotação orçamentária.

2.5. À fl. 16 - Verifica-se Relatório de Auditoria, datado de 15/04/2016, de lavra da Médica Auditora, Lidian Navarro de Araújo Aguiar, com glosas.

2.6. À fl. 17 - constata-se o Despacho, datado de 20/04/2016, de lavra do Auditor Médico Márcio Mota Gomes, conclui pelo valor final de R$64.485,62 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), atestando os serviços prestados.

2.8. À fl. 18 - Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17.

2.7. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.8. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal.

2.9. Não observado a cópia do Contrato de Credenciamento celebrado com a empresa em tela.

2.10. Observa-se que não encontra-se anexada aos autos a nota fiscal de prestação dos serviços.

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$64.485,62 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).
2. **CONVÊNIO** – Anexar aos autos, cópia da celebração do convênio, quando do pagamento.
3. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da prestação dos serviços, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato.
4. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nas alíneas **“a”** a **“d”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento a empresa, **Moraes e Alves Serviços Médicos Ltda.**, no valor de R$64.485,62 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Maceió, 06 de julho de 2017.

Cleonice Ferreira de Carvalho

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 95-7**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**